



**Tribunal de Contas**  
Mato Grosso

**ASSESSORIA DO AUDITOR SUBST. DE CONSELHEIRO LUIZ  
HENRIQUE LIMA**

Telefone(s): 65 3613-7188 / 2955 / 2956

e-mail: gab.luizhenrique@tce.mt.gov.br

<b>PROCESSO Nº</b>	<b>10.423-0/2022</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2021</b>

## **SUMÁRIO**

<b>II. RAZÕES DA PROPOSTA DE VOTO.....</b>	<b>2</b>
<b>19. Análise do Relator.....</b>	<b>2</b>
<b>19.1 Irregularidade considerada descaracterizada pela unidade técnica .....</b>	<b>2</b>
<b>19.2 Conclusão do Relator .....</b>	<b>5</b>
<b>III. DISPOSITIVO DA PROPOSTA DE VOTO.....</b>	<b>5</b>





PROCESSO Nº	10.423-0/2022
PRINCIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE
ASSUNTO	CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2021
GESTOR	JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA - PRESIDENTE
RELATOR	AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO LUIZ HENRIQUE LIMA

## II. RAZÕES DA PROPOSTA DE VOTO

57. Em conformidade com a competência estabelecida no artigo 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 269/2007 – TCE<sup>1</sup> c/c o artigo 10, IV, da Resolução Normativa nº 16/2021 – Regimento Interno do TCE, passo ao exame das Contas Anuais de Gestão da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, referentes ao exercício de 2021, sob a responsabilidade do Sr. João Carlos de Oliveira.

58. Cumpre anotar que o Relatório Técnico Preliminar elaborado pela 5ª Secex com base nas informações prestadas a este Tribunal de Contas por meio dos processos físicos, das informações obtidas por meio dos sistemas informatizados da entidade, e, ainda, das informações extraídas na inspeção *in loco*, apontou 01 (uma) irregularidade classificada como CC04 - Moderada, a qual passo a analisar na sequência.

### 19. Análise do Relator

#### 19.1 Irregularidade considerada descaracterizada pela unidade técnica

LUIZ CARLOS BACHEGA - RESPONSÁVEL CONTÁBIL / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

<sup>1</sup> Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, órgão de controle externo, nos termos da Constituição do Estado e na forma estabelecida nesta lei, em especial, compete:

(...)

II. julgar as contas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, bem como as contas dos demais administradores e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e demais entidades da Administração indireta, incluídas as fundações, fundos e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público, as agências reguladoras e executivas e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;  
U:\2022\CONTAS ANUAIS - GESTÃO\104230-2022 - CM NOVO HORIZONTE DO NORTE\104230-2022 - CM NOVO HORIZONTE DO NORTE - Voto revisto LH.doc





1) CC04 CONTABILIDADE\_MODERADA\_04. Divergência entre os registros contábeis das contas de Bens Permanentes e a existência física dos bens (arts. 83, 85, 89 e 94 a 96 da Lei 4.320/1964).

**1.1) Constatou-se a existência de bens que não estão no inventário, como a Geladeira (RP 00233), e bens sem plaqueta de Registro Patrimonial (RP), como um ar condicionado, mesa e cadeiras. - Tópico - 3.7. Bens (imóveis e móveis).**

59. O Relatório Técnico Preliminar apontou a ausência de registro de um bem no inventário e, também, a ausência de plaquetas de Registro Patrimonial – RP em alguns dos bens que integraram a amostra selecionada na auditoria, situação que demonstrou inobservância à Lei nº 4.320/1964.

60. Em sede de defesa, o Sr. Luiz Carlos Bachega, Contador, apresentou justificativas e documentos que foram acatados pela unidade de instrução e pelo *Parquet* de Contas.

61. A respeito da contabilização dos bens móveis e imóveis, convém ressaltar as normas definidas pela Lei de Finanças Públicas:

Art. 83. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

(...)

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

(...)

Art. 89. **A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.**

(...)

**Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.**

**Art. 95 A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.**





**Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade. (destacado)**

62. Nessa premissa, os registros contábeis deverão demonstrar de forma fidedigna a composição patrimonial, evidenciar compatibilidade entre a existência física dos bens e o inventário e, ainda, apresentar informações financeiras e físicas do patrimônio e suas mutações.

63. Para tanto, é indispensável que o controle patrimonial observe as regras esculpidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCs e na Lei nº 4.320/1964, bem como adote procedimentos com vista a assegurar que a confecção de inventário físico-financeiro correspondente aos bens existentes.

64. Dentre eles, destacam-se a verificação da localização física dos bens; a avaliação do estado de conservação; a avaliação dos bens inservíveis; e a identificação de bens não tombados.

65. Por outro lado, possíveis inconsistências podem prejudicar a análise contábil exercida por esta Corte de Contas e comprometer a tomada de decisão por parte da Administração.

66. No entanto, considerando que no caso concreto as falhas verificadas não foram passíveis de comprometer a contabilidade patrimonial da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte e que, embora extemporaneamente, tenham sido adotadas as medidas corretivas, acolho os argumentos defensivos e, em consonância com a 5ª Secex e com o Ministério Público de Contas, concluo pela descaracterização da irregularidade.

67. Por derradeiro, entendo que a situação analisada enseja a proposta de expedição de determinação à atual gestão para que, em observância aos artigos 83, 85, 89 e 94 a 96 da Lei nº 4.320/1964, seja realizada a conferência e a atualização dos registros patrimoniais, a fim de que o inventário físico-financeiro reflita fidedignamente os bens existentes na Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte.





## 19.2 Conclusão do Relator

68. Por fim, registro que a gestão em exame demonstrou o cumprimento aos limites constitucionais e legais, bem como, com a ressalva apontada, cumpriu as disposições das Leis nºs 4.320/1964; 8.666/1993; 101/2000; 10.520/2002; e 12.527/2011 e das Resoluções Normativas do TCE/MT.

69. Nessa ótica, entendo que houve observância ao princípio constitucional da publicidade e aos princípios contábeis da oportunidade, da evidenciação, da transparência dos atos administrativos e demais princípios fundamentais que regem a despesa pública.

70. Além disso, a presente análise evidenciou que a gestão foi pautada nos princípios constitucionais e legais que regulam as atividades administrativas, financeiras, patrimonial e orçamentária, pressupostos essenciais para a regularidade das contas.

71. Portanto, considerando tais pontuações, acompanho as manifestações da unidade instrutória e do Ministério Público de Contas e concluo pela regularidade com ressalva das Contas Anuais de Gestão da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, referentes ao exercício de 2021.

## III. DISPOSITIVO DA PROPOSTA DE VOTO

72. Ante o exposto, e em consonância com o Parecer nº 4.131/2022, da lavra do Procurador-Geral de Contas Gustavo Coelho Deschamps, e, com fulcro nos artigos 47, inciso II e 212 da Constituição Estadual; nos artigos 1º, inciso II, § 1º e 21 da Lei Complementar nº 269/2007; no artigo 163 da Resolução Normativa nº 16/2021, apresento Proposta de Voto no sentido de:

**I) julgar Regulares com ressalva as Contas Anuais de Gestão da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte**, referentes ao exercício de 2021, sob a gestão do Sr. João Carlos de Oliveira;





II) **dar quitação ao responsável**, nos termos do artigo 21 da Lei Complementar nº 269/2007 - Lei Orgânica do TCE/MT e do artigo 163 da Resolução Normativa nº 16/2021 - Regimento Interno do TCE/MT; e

III) **Determinar** à atual gestão da Câmara Municipal de Novo Horizonte que, em observância aos artigos 83, 85, 89 e 94 a 96 da Lei nº 4.320/1964, seja realizada a conferência e a atualização dos registros patrimoniais, a fim de que o inventário físico-financeiro reflita fidedignamente os bens existentes.

73. Ressalvo que, em razão do exame das contas ter se baseado em exames documentais por amostragem, o julgamento pela regularidade não afasta eventuais processamentos de Denúncias, Representações ou outros processos de Auditoria, referentes a atos de gestão realizados em 2021 e não analisados nestes autos.

74. É a proposta de voto.

Cuiabá, 14 de setembro de 2022.

(assinado digitalmente)

**LUIZ HENRIQUE LIMA**

Auditor Substituto de Conselheiro do TCE/MT

